

## Alvaro propõe que Legislativo ofereça resposta prática



Alvaro Dias

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) propôs à Comissão Representativa que ofereça à sociedade uma resposta prática aos desastres decorrentes de enchentes. De acordo com ele, 68 projetos que tramitam na Câmara e 48 que estão no Senado falam de ações para reduzir os impactos dessas tragédias.

– O debate sempre é bom e acrescenta, mas a sociedade espera hoje do Congresso ações práticas – afirmou.

## É preciso cumprir a legislação, alerta Inácio Arruda

Já existe legislação para prevenir tragédias como a que atingiu a Região Serrana do Rio de Janeiro, mas ela não vem sendo cumprida, alertou o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE). Ele disse que, pelo Estatuto da Cidade, os municípios são obrigados a elaborar planos diretores, “o que não ocorre na prática na maioria deles”. Para o senador, diante da situação atual, o Congresso deve, primeiro, reforçar as medidas tomadas pelos Executivos federal, estaduais e municipais e, depois, buscar a criação de um sistema nacional para prevenção de catástrofes, “talvez um instrumento gestor para essas áreas de calamidade”.

## Rolleberg pede que Parlamento não deixe debate esfriar



Rolleberg

Após o desaquecimento do assunto na mídia, o Congresso não pode diminuir sua preocupação com a busca de ações efetivas para resolver o problema dos desastres naturais, defendeu o deputado e senador eleito Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) na reunião da Comissão Representativa. Para Rolleberg, é necessário garantir orçamentos regulares que permitam os investimentos na prevenção de desabamentos, na ação dos institutos de meteorologia, na defesa civil e nos sistemas de alarmes, senão “o país corre o risco de conviver com a repetição das tragédias nos próximos anos”.



Presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia (à dir., ao lado do senador Inácio Arruda) lembrou que a Comissão Representativa não tem poder de decisão sobre medidas provisórias

Fotos de José Cruz/Senado Federal

# Congresso quer prevenir desastres climáticos

### Comissão Representativa reuniu-se ontem e parlamentares sugeriram que o Legislativo crie um grupo especial para a elaboração de medidas de prevenção a catástrofes ambientais

A COMISSÃO REPRESENTATIVA do Congresso Nacional recomendou ontem que o Poder Legislativo crie uma comissão especial para estudar propostas e soluções preventivas a catástrofes climáticas com o objetivo de prevenir tragédias como a que atingiu a Região Serrana do Rio de Janeiro.

A comissão deverá examinar uma lista de projetos que tramitam na Câmara e no Senado com o propósito de prevenir tragédias dessa natureza. A senadora Marina Silva (PV-AC) defendeu que as matérias sejam analisadas em regime de urgência.

Essa foi uma das sugestões apresentadas na reunião da Comissão Representativa, convocada pelo presidente do Congresso, José Sarney, em atendimento a pedido da senadora Marina Silva.

Os congressistas estiveram ontem em Brasília, durante o recesso parlamentar, para analisar os motivos que levaram à decretação de estado de emergência em municípios do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, em razão das chuvas intensas.

A reunião também teve como objetivo dar ciência a deputados

e senadores da tramitação da MP 522/11, que libera R\$ 780 milhões para atender as vítimas das chuvas no Sudeste.

Marina sugeriu que a comissão, com a contribuição da comunidade científica, elabore um plano nacional para evitar catástrofes ambientais. Tal plano, disse a senadora, deverá ser implementado em parceria com estados e municípios e com a participação de vários ministérios, entre os quais ela citou os do Meio Ambiente, da Ciência e Tecnologia e das Cidades.

A senadora explicou que requereu o debate por temer que o assunto passe à normalidade e “seja naturalizado” e, por falta de providências, outras tragédias venham a acontecer.

Para Marina, as catástrofes climáticas devem ser tratadas com medidas emergenciais e políticas preventivas.

– Tenho levantado reiteradamente a necessidade de tratar as catástrofes climáticas com medidas estruturantes para resolver problemas que levam a perdas eternas, e não apenas com me-

das provisórias – afirmou.

De acordo com levantamento do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), existem atualmente 48 projetos em tramitação no Senado e 68 na Câmara sobre temas que podem contribuir para a prevenção de catástrofes. Para o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), no entanto, não falta legislação para prevenir tragédias como a que atingiu a Região Serrana do Rio de Janeiro. O problema estaria na falta de cumprimento das leis já existentes.

– Temos visto a legalidade ser quebrada e o crescimento desordenado das nossas cidades – disse o senador.

### Medida provisória

Em complemento à medida provisória (MP 522/11) que liberou R\$ 780 milhões para a execução de obras emergenciais e de prevenção nas regiões atingidas pelas chuvas, o senador Demóstenes Torres (DEM-GO) sugeriu a adoção, pelo governo, de medidas práticas para socorrer os atingidos.

A análise da MP também estava prevista para a reunião de ontem da comissão, mas o senador lembrou que o colegiado não tem competência para examinar MPs.

O deputado Marco Maia (PT-RS), vice-presidente do Congresso, assim como o senador Demóstenes Torres, lembrou que a comissão não tem a prerrogativa de votar a MP. A dimensão das catástrofes, no entanto, justifica o debate sobre medidas de prevenção a desastres semelhantes, afirmou.

### Solidariedade

A Comissão Representativa aprovou ainda voto de solidariedade às vítimas das chuvas e deslizamentos nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Os votos foram propostos em solicitação do presidente do Senado, José Sarney, no dia 14 de janeiro.

No requerimento, ele pediu que a Comissão Representativa vote “na forma mais pronta e rápida possível as medidas emergenciais necessárias à mitigação da tragédia”.

**Marina Silva cobra políticas estruturais para evitar tragédias como as da Região Serrana do Rio**

LEIA MAIS NA PÁGINA 2

**Investimento de R\$ 36 mi poderia ter evitado mortes, diz secretário 2**



André Pacheco de Assis (E), deputados Mauro Benevides e Marco Maia, senador Inácio Arruda e Luiz Antonio Barreto de Castro, do Ministério da Ciência e Tecnologia, debatem causas e possíveis soluções para evitar ocorrências como as do Rio de Janeiro

## Especialistas defendem plano de ocupação urbana

O mapeamento das áreas de risco e a proibição de construção nesses locais não evitam totalmente, mas podem minimizar bastante os efeitos trágicos de chuvas intensas

A OCUPAÇÃO URBANA de forma indiscriminada, com construções em áreas de risco, associada às mudanças climáticas contribuiu para a ocorrência da tragédia na Região Serrana do Rio de Janeiro. A opinião foi manifestada ontem por especialistas que participaram da reunião da Comissão Representativa do Congresso Nacional.

Na avaliação do representante da Associação Brasileira de Mecânica dos Solos e Engenharia Geotécnica (ABMS) e professor da Universidade de Brasília, André Pacheco de Assis, a ocupação urbana irresponsável favorece as tragédias. O planejamento territorial urbano com mapeamento das áreas de risco e a proibição de construção nessas áreas evitariam catástrofes. Ele também sugeriu o gerenciamento de risco e a prevenção de desastres com a instalação de centros de prevenção.

O especialista lembrou que, depois das enchentes em Joinville (SC) e dos deslizamentos em Angra dos Reis (RJ), nos últimos anos, a ABMS elaborou documentos sobre as causas dos desastres, com propostas para evitá-las. Do ponto de vista da engenharia e da geologia aplicadas, disse ele, obras construídas e apoiadas em materiais geológicos não recomendados, associadas à atividade climática, poderão resultar em mais tragédias.

Existe tecnologia disponível para minimizar as consequências das atividades climáticas, apesar de não ser possível evitá-las completamente, afirmou o professor. Algumas cidades estão integralmente situadas em áreas de risco e, nesses casos, devem ser usadas todas as soluções possíveis para minimizar problemas muitas vezes gerados pela ação humana.

– Tem solução? Tem. Há soluções técnicas para minimizar as consequências dos desastres. Em momento de dor, se fala muito, mas quando o sol volta e o céu fica azul, não existe ação política para evitar esse cenário – disse.

Também o secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia, Luiz Antonio Barreto de Castro, defendeu o mapeamento das áreas de risco e a instalação de unidades com radares e equipe de observação das condições climáticas funcionando 24 horas. Tais unidades, associadas à defesa civil, devem alertar e retirar as pessoas de locais sujeitos a desastre.

Esse modelo foi utilizado em Caracas, na Venezuela, e o número de mortes em decorrência de chuvas intensas caiu de 20 mil para 200.

## Investimento de R\$ 36 milhões evitaria mortes, diz secretário

Um investimento de R\$ 36 milhões seria suficiente para evitar as centenas de mortes registradas na Região Serrana do Rio de Janeiro, em decorrência das fortes chuvas no Sudeste. A afirmação foi feita ontem, na Comissão Representativa, pelo secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Luiz Antonio Barreto de Castro.

– Se nós gastarmos adequadamente R\$ 36 milhões ao longo deste ano, não morre ninguém no ano que vem.

Luiz Barreto de Castro, que já teve sua substituição no cargo anunciada, relatou que há dois anos foi preparado no ministério um plano de radares para previsão de desastres naturais, com custo estimado em R\$ 115 milhões. Segundo ele, no entanto, o projeto não pôde ser incluído no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Depois disso, uma tentativa de inclusão no PAC 2 também teria sido vetada pelo então ministro do Planejamento, Paulo Bernardo.

Por orientação do então

ministro da Ciência e Tecnologia, Sergio Rezende, o projeto teria sido remanejado para o Plano de Ação da Ciência, Tecnologia e Inovação (PCTI), com recursos mais limitados.

### Demóstenes

Após a reunião, o senador Demóstenes Torres (DEM-GO) criticou o governo por não ter liberado recursos para a implantação de um sistema de previsão meteorológica.

– A nossa principal bandeira, agora, é fazer com que esse sistema, pronto e planejado, seja implantado e que o governo libere recursos para isso – adiantou o senador.

Demóstenes criticou também a própria reunião, por ele descrita como uma ocasião para se “tirar uma casquinha da tragédia”.

Em relação à MP que liberou R\$ 780 milhões para obras emergenciais e medidas de prevenção, ele disse que o governo não precisaria gastar esses recursos se tivesse tomados as providências necessárias antes.

– Poderíamos ter poupado mil vidas – afirmou.

## Dornelles vê “grande erro” no aumento dos juros

Apesar de integrar a base do governo, o senador Francisco Dornelles (PP-RJ) não apoia a decisão do Banco Central de elevar a taxa básica de juros, que subiu de 10,75% para 11,25% ao ano. Para Dornelles, o aumento anunciado no início da noite de quarta-feira não era necessário porque as medidas de restrição ao

crédito adotadas no final do ano passado “já resultaram na elevação da taxa de juros no mercado livre”.

– A elevação da taxa básica agora foi um grande erro – opinou.

Dornelles argumenta que as medidas adotadas pelo Banco Central no ano passado – como o aumento do depósito com-

pulsório – não apenas são suficientes como também “não têm qualquer impacto sobre as contas públicas, ao contrário do que ocorre quando a taxa básica sobe”. Já a elevação da taxa básica de juros provoca a expansão da dívida pública e impulsiona ainda mais a valorização do real em relação às moedas estrangeiras.



Demóstenes promete lutar para que o governo libere os recursos para implantação do sistema

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: \*  
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

\*Cargo vago após renúncia de Marconi Perillo

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide  
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira  
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Sílvio Burle

Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920